

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

**PRODUTIVIDADE: CHAVE PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO E A
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA**

Francisco Benedito da Costa Barbosa

Sócio Presidente - IPADES

As economias modernas não podem abrir mão da constante busca da produtividade e da eficiência para continuarem a crescer e promover a distribuição da riqueza.

O Brasil, principalmente nos últimos oito anos, com política econômica alinhada com crescente ingerência do estado, denominada de “nova matriz econômica”, priorizou o crescimento da renda em detrimento da produtividade, deu no que o país está colhendo, em termos econômicos, em 2015: recessão, crescimento negativo e inflação crescente.

Amparando-se no benefício das condições externas excepcionais, que antecederam o período acima mencionado, o governo fez da promoção social a linha mestra da política e da economia. Assim, foi possível aprofundar rapidamente a democracia nas questões socioeconômicas, e as políticas distributivas precederam sobre a busca da eficiência.

A renda dos trabalhadores e o padrão de vida das camadas sociais do meio e da base da distribuição tiveram uma melhora bem maior que o crescimento do PIB. E até a expansão do PIB, impulsionado pela queda do desemprego e pelo bônus demográfico, andou bem à frente da produtividade.

O problema é que a conta chegou e tem que ser paga pela sociedade brasileira, visto que o período vivido até 2013 e mantido artificialmente em 2014 – ano eleitoral – estabelecido nos parâmetros da nova matriz econômica se encerrou. Não

há mais nada a ganhar em termos de melhoria na distribuição da renda sem enfrentar o desafio da produtividade e da eficiência.

A elevação da renda acima da produtividade, o crescimento do crédito e a expansão de programas sociais deram a tônica da fase de ouro da inclusão social, colocando em segundo plano questões de eficiência e produtividade.

Por sinal a produtividade brasileira está praticamente estagnada desde os anos de 1980. A comparação com outros países é alarmante. No mesmo período a produtividade coreana triplicou e a chinesa aumentou mais de dez vezes. Mesmo em relação a países latino-americanos, o desempenho do Brasil é medíocre.

Em visto disso, há um amplo debate para entender como foi possível aumentar salários – desde a primeira metade da década passada – em um ambiente no qual a produtividade não apresenta melhora. Uma explicação ocorre por conta do ambiente externo favorável, em que houve liquidez abundante com a alta das *commodities*, num primeiro momento, e da melhora dos termos de troca, no segundo. O aquecimento do setor de serviços, intensivo em mão-de-obra, também contribuiu para o aumento da remuneração do trabalhador. Este fenômeno uniu-se às políticas sociais agressivas, e uma rápida expansão de crédito, criando o grande surto de consumo popular que continuou a se intensificar até recentemente.

No entanto, a elevação do custo unitário do trabalho nos anos de euforia minou a rentabilidade das empresas, afetando o investimento a partir de níveis que já eram baixos. O ciclo de crédito popular se esgotou, até porque com a inflação cada vez mais fora de controle contribui para o aumento dos juros, o que agrava o quadro econômico por coincidir com forte deterioração do mercado de trabalho. Mesmo havendo recuperação cíclica, não ocorrerá nada semelhante ao boom provocado pelo crescimento veloz do crédito a partir de níveis mínimos como na década passada.

Por outro lado, quando o assunto é a produtividade, as atenções normalmente se voltam para a indústria, e no Brasil das últimas décadas para o agronegócio. No entanto, como o setor de serviços representa 70 % do PIB do país e utiliza 63% da massa de trabalhadores brasileiros, a evolução da produtividade da economia não pode passar ao largo dos serviços.

No seminário “A Agenda de Crescimento do Brasil”, realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FVG/IBRE), em agosto deste ano, o pesquisador Fernando Veloso, do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), apontou que cerca de 85% dos serviços no Brasil estão em segmentos tradicionais, como serviços pessoais, comércio,

restaurantes, etc. É uma parcela que tende a ter produtividade mais baixa do que o chamado segmento moderno dos serviços, como finanças, tecnologia da informação e outros.

Recentes trabalhos indicam que não há nos serviços a tendência à convergência internacional dos níveis de produtividade, que ocorre, em certa medida, na indústria. Assim, tornar os serviços mais produtivos envolve necessariamente um lento e difícil trabalho institucional a ser realizado por cada país individualmente, o que parece não ser a tônica do governo brasileiro, e mais, há a precípua necessidade de massificar e melhorar a educação como o ponto focal a ser observado.

Outros pontos merecem destaques. As micro e pequenas empresas são foco de constantes medidas de apoio por serem grandes empregadoras, porém a literatura econômica indica que os potenciais ganhos de produtividade ocorrem mais entre as empresas de tamanho médio, que têm mais condições de convergir para os altos padrões de eficiência das grandes.

Ocorre que, entre o poder das grandes empresas e a rede de apoio e incentivo às pequenas e micro empresas, frequentemente há menor presença das médias empresas do que seria desejável numa perspectiva de aumento da produtividade – o problema do *missing middle*.

O setor de infraestrutura é outro que deixa muito a desejar no Brasil quanto a produtividade. Por exemplo, por não existir uma infraestrutura viária compatível com o tamanho do PIB brasileiro, a produtividade do capital privado alocado em diversos mercados acaba ficando comprometida. Cite-se o repetitivo problema de escoamento da crescente safra de grãos do Brasil, que consegue eliminar os ganhos de produtividade ocorridos no sistema de produção com tecnologia de ponta gerada pela pesquisa agrônômica brasileira.

Todavia, para que a economia brasileira volte a crescer, e de forma sustentada, e contribua para a distribuição da renda, não há outra saída possível senão enfrentar o desafio da eficiência e, em consequência, da produtividade.

A atual crise traz a luz essa reflexão. São enormes desafios que pode parecer, a primeira vista, além da capacidade de enfrentamento e vontade política do governo e de outras instituições brasileiras de levar a cabo. Porém não há saída mágica e nem populista que resolva o grave problema do baixíssimo índice de eficiência e produtividade da economia brasileira. Mas o país precisa iniciar a focalizar esta questão crucial para seu desenvolvimento, inclusive o sustentável, depois de anos em

que avanços socioeconômicos notáveis ocorreram sem a necessidade de grandes ganhos de eficiência, por sinal uma tradição brasileira, talvez motivada pelo tamanho e abundância de recursos naturais disponíveis ao processo produtivo.

Assim, neste quadro recessivo da economia brasileira, abre-se todo um campo para novos diagnósticos e soluções, cuja adoção pode trazer resultados positivos tão surpreendentes quanto o grau de virulência da crise que ora atinge a economia brasileira.

Nesse novo campo deve haver uma renovação burocrática, com mais imaginação institucional, que crie novos mecanismos de estímulo produtivo em substituição à política de subsídios usados pelo governo, que colocou o país na situação de crise econômica em que se encontra em 2015. Essa política não elevou a taxa de investimento, não elevou a taxa de progresso tecnológico da sociedade.

Essa mudança pode estimular a geração de novos empreendedores fazendo com que haja um novo perfil na nova classe média surgida na última década, de modo que saia da demanda para a oferta. A formação de novos empreendedores poderá levar a reestruturação de cadeias produtivas apoiadas no aumento da produtividade e na eficiência. O Brasil precisa recuperar o atraso em que se encontra no *ranking* internacional de ganho produtividade na economia.